

Limite. ISSN: 1888-4067
nº 3, 2009, pp. 69-92

Didactismo em D. António de Guevara e Francisco Rodrigues Lobo

António dos Santos Pereira
Universidade da Beira Interior
asp@ubi.pt

Data de aceitação do artigo: 19/09/2008

Resumo

O didactismo português e espanhol caracteriza-se pela preocupação imediata na formação do homem completo, mas insiste em componentes doutrinárias socio-políticas e pode considerar-se uma das perspectivas mais persistentes do humanismo. Encontrámo-lo manifesto em *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* (1539), de António de Guevara e *Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo. O objectivo de tais textos realiza-se na promoção dos destinatários, pela educação, no simbolismo da descida da corte à aldeia e da subida desta à corte, na proposta de um comportamento exemplar. As diferenças entre um e outro autor concernem sobretudo ao método utilizado: um escarpeliza o vício e o outro promove a virtude.

Palavras-chave: educação, moralidade, classicismo, provérbios, cultura letrada

Abstract

Didacticism in Portuguese and Spanish traditions means humanism but insists on socio-political terms and doctrines up to our times. We see it in *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* (1539), of António de Guevara and *Corte na Aldeia* (1619), of Francisco Rodrigues Lobo. The subjective goals of them are the promotion of the readers by education under the symbolism of exemplary royal palace or exemplary village. The disparities between the Spanish and the Portuguese writers concern the preferential method: the first disapproves of immorality, and the second encourages virtue.

Keywords: education, morality, classical tradition, proverbs, cultural literacy

Introdução

Ao esboçarmos o projecto “Leituras Portuguesas de Autores Espanhóis”, dois importantes títulos da cultura ibérica de conteúdo afim, *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* (1539), de António de Guevara (1480-1545, O.F.M.) e *Corte na Aldeia* (1619), de

Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621) despertaram, de imediato, a nossa atenção. Neles, centraremos a análise adiante, conscientes que o franciscano espanhol e o poeta das margens do Lis publicaram outras obras de maior circulação no seu tempo, caso do *Libro áureo de Marco Aurélio*, daquele e do *Condestrabe de Portugal*, deste.

A bibliografia sobre os clássicos portugueses e espanhóis, produzida na Península e fora dela, não peca por escassa. Em Portugal, Américo da Costa Ramalho (1921-), José Adriano de Carvalho (1937-) e Jorge Alves Osório (1940-) desenvolveram alguns dos mais bem fundamentados estudos. Em Espanha, José António Maravall (1911-1987), Luís Gil Fernández (1927-) e José Maria Maestre Maestre (1956-) fornecem-nos preciosas sínteses. Fora da Península, relembramos os trabalhos aprofundados que, sobre os humanistas ibéricos, fizeram Marcel Bataillon (1895-1977), Adrien Roig, Augustin Redondo (1934-) que, tendo nascido em Madrid, viveu toda a sua vida em França e Bruno M. Damiani (1942-), nos USA. Com efeito, o cruzamento das diferentes culturas ibéricas deve muito a Adrien Roig (1924-). No entanto, parece-nos que o seu trabalho sobre a *Corte na Aldeia* segue alguns lugares estereótipos. Sempre questionámos o método, feito mito, de aproximação ao tempo português sujeito à vulgar dialéctica de um antes e um depois, aquele encerrando um período de sucesso, este, de decadência. Em retoma das teses Oitocentistas patentes na maioria dos intelectuais lusos, ao ilustre Professor, coube a afirmação de um período de nítido declínio das letras portuguesas depois da morte de Camões (Roig 1993: 137), paradoxalmente, assim negando a sua influência positiva e por consequência o seu valor. Bem pelo contrário, nós abonamos a qualidade dos textos seiscentistas, designadamente o que sujeitamos agora a análise. Também nos parece demasiado restrita uma interpretação da *Corte na Aldeia*, à luz que encandeia da Restauração, portanto, patriótica e nacionalista, de Rodrigues Lobo, aduzindo o realce dado à figura de Nuno Álvares Pereira, à Lusitânia como matriz de Portugal, à saudade da Corte e da Idade de Ouro Portuguesa, ao relevo dado a Camões e à Língua Portuguesa, à utilização dos possessivos afectivos na abordagem das matérias lusas, etc. Assim, preferimos seguir outro caminho, o de sustentar a *Corte na Aldeia* em textos anteriores conhecidos por Rodrigues Lobo e auscultar alguma novidade nas suas propostas, inserindo-o no movimento que nomeamos acima e o aproxima do ideário de D. António de Guevara,

que cita em duas passagens: uma, pelo nome (Lobo 1990: 81) outra, pelo título, bispo de Mondoñedo (Lobo 1990: 261).

1. As fontes

José Adriano de Carvalho tentou responder à questão das fontes utilizadas por Rodrigues Lobo em *Corte na Aldeia* na introdução à edição esgotada desta obra, em 1992, deixando muitas respostas e algumas interrogações. Além das fontes comuns, na longa tradição do tema, desde os clássicos, Teócrito de Alexandria (315-250 a.C.), Marco Terêncio (116-27 a.C.), Cícero (106-43 a.C), Virgílio (70- 19 a. C.), Horácio (65-8 a. C.), Quintiliano, (ca 40-ca 96), Plutarco (ca 50-120) e Plínio o Moço, (61? - 113?), os padres da Igreja, particularmente Santo Agostinho (354-430), os medievais, Boécio (470-525), João de Salibúria (c. 1115-1180) e S. Tomás de Aquino (1226-1274), os modernos, Erasmo (1466-1536) e Baltasar Castiglione (1478-1529), confirmamos a leitura que Rodrigues Lobo fez de Guevara quando elaborou os seus diálogos. O português beneficiou da reedição das obras do clássico espanhol, *Relox. Libro áureo del gran emperador Marco Aurélio com el Relox de Príncipes*, em Madrid, em 1611 e *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, em Barcelona, em 1613. Lembramos que a última caíra sob a alçada do *Index de Toledo* em 1551 e não fora tão editada quanto merecia na Península. As mesmas referências clássicas e outras repetem-se desde as primeiras páginas dos dois títulos em confronto. Plutarco, que encontramos no livro V do *Policraticus* de João de Salibúria, abre o tratado do frade espanhol que dele cita *De curiositate vitanda*. Rodrigues Lobo traz à colação o mesmo para confirmar o rei como figura suprema do Estado, acima do qual só a lei. Pelo realce das matérias abordadas, dignas do Príncipe, tal como Guevara, dedica aquela obra a D. João III, Rodrigues Lobo oferta a sua a D. Duarte de Bragança. Não nos surpreendem também as coincidências entre os dois autores ibéricos e duas das figuras supremas do Renascimento, Erasmo e Maquiavel, tanto nas dedicatórias como no juízo sobre os regimes políticos e a educação do príncipe. Com efeito, parece-nos que um e outro se inserem em demorado movimento que intitulamos “didactismo peninsular”, que obviamente não é exclusivo da Ibéria, mas aqui encontrou alguns dos maiores cultores do Mundo Ocidental: São Martinho de Dume (518-579), Santo Isidoro de Sevilha (560-636) e João Luís Vives (1492-1540). Sem ferir os conceitos, devemos notar que *Corte na Aldeia* pode significar tão-somente Aula/Paço na Aldeia

em Rodrigues Lobo e, no paradoxal Guevara, a desvalorização do Paço dá lugar à reflexão solitária e saída desta para a Cidade de Deus de tradição agostiniana, ao desprezo do mundo de Isaac de Nínive, mas também à integração deste em Deus, na iluminada visão franciscana, e à imitação de Cristo de Thomas de Kempis já no âmbito da *Devotio Moderna*. Os temas da Corte e da Aldeia mereceram ainda o esforçado labor de Juan Lorenzo Palmireno (1514-1580), em dois tratados (1568 e 1573), que não aprofundamos aqui.

Além das figuras citadas acima, esta corrente assume como emblema Catão (234-149 a.C.), o supremo conselheiro, que encarna todas as virtudes, fez escola durante os séculos XVI e XVII e nós já a desenvolvemos sob o título “catonismo político” para os séculos XIX e XX. As obras que desde a antiguidade compendiam os melhores princípios de conduta formam um cânon raramente desconhecido. No mesmo tom do que dissemos acima, parece-nos ainda oportuno relembrar que, mesmo durante a Idade Média mais profunda, houve transmissão dos melhores conteúdos didácticos e que a modernidade apenas procedeu à sua intensificação.

Com efeito, o reconhecimento público impunha a sujeição às autoridades e ao alarde de informações sobre os principais pensadores e actores do passado. Directa ou indirectamente, confessadamente ou não, a Bíblia referencia todo o saber antigo. De forma pleonástica, o prefácio do *Livro dos Provérbios* antecipa uma Declaração Universal das Regras de Exercício do Poder, subordinando-o às «lições do Bom Senso, da Justiça, da Equidade, da Rectidão» (*Prov.* 1,3) em que os autores ibéricos coincidem. O princípio da superioridade da Lei sobre os caprichos do monarca foi colhido, por aqueles, no *Livro da Sabedoria*, 6, 4. A prática da justiça encima qualquer programa de governo e abre o livro bíblico citado, que Carlos V conhecia bem (Fernández-Santa Maria 1977: 239). Consideramos como principal fonte de António Guevara os salmos e os sapienciais bíblicos, particularmente o *Livro dos Provérbios*, que faz contrastar com exemplos clássicos nem sempre fiáveis ou com a sua experiência para depois concluir em conselhos no modelo das sentenças. A obra em causa assemelha-se a um mosaico de provérbios não havendo página sem eles. Outros exemplos bíblicos aparecem no franciscano espanhol raramente de forma coerente e por citar de memória também pouco fiáveis. Por exemplo, afirmando o predomínio de homens bons no passado, não se percebe que confirme a asserção

com as figuras excepcionais: Abraão, Loth, etc. (Guevara 1987: 225-226).

Nos séculos XVI e XVII, o estatuto intelectual impunha também uma espécie de *Collectio Auctorum Classicorum*. Todavia, como sempre, alguns simplificam a tarefa dos demais através de *summula et exempla*, cujas edições multiplicam tanto em latim como em vernáculo. O modelo da compilação do essencial do passado absorvera os primeiros clássicos modernos, Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375), e informou o trabalho de Hermann Van der Beeke ou Torrentinus (1450-1520). A redundância e a falta de autenticidade parecem-nos as piores consequências de tal facto. No entanto, admitimos que algumas autoridades antigas foram lidas nos originais entretanto saídos do prelo. Plutarco pode ter sido um dos privilegiados pelas facilidades de acesso ao seu modelar tratado *Vitae illustrium virorum*. O autor quinhentista mais favorecido tinha, pois, ao seu dispor as novas edições dos clássicos, as colecções recentes das suas sentenças e histórias e as reflexões dos seus contemporâneos sobre os mesmos. Neste caso, um conjunto de vultos emergiu na Península, por exemplo, os espanhóis Antonio de Nebrija (1444-1522) e Juan Luís Vives e os portugueses João de Barros (1496-1570) e Damião de Góis (1502-1574) que disputam relevância aos mais consagrados europeus: Erasmo de Roterdão (1466-1536), Guilherme Budé (1468-1540) e Thomas More (1478-1535).

Além do didactismo moral, a oposição mundo urbano/mundo campestre em diferentes modulações sustenta todo o bucolismo literário desde a antiguidade e conheceu, no século XVI, alguns dos seus maiores cultores, em Portugal: Bernardim Ribeiro (1482-1552) e Francisco de Sá de Miranda (ca 1481-depois de 1558). Não nos parece que Rodrigues Lobo encare, como Guevara ou Sá de Miranda, a superioridade da realidade e do homem aldeãos sobre o espaço da Corte e o cortesão. O seu objectivo fica-se tão só na componente didáctica. Com efeito, parece-nos que o homem moderno cedo descobriu que o campo não era como o pintavam os clássicos. Não será preciso chegar ao século XVIII para descobrir a falta de qualidade e higiene das habitações e dos seus moradores no mundo rural imerso em fatalidade, crise e escassez (García Castañeda 1989). A oposição aldeia/corte aparece-nos também em mote na dramaturgia peninsular e suporta alguns autos vicentinos como a *Farsa de Inês Pereira*. Neles, também, a soma dos provérbios ou sentenças no estilo de Guevara. Rodrigues Lobo vai mais além quanto à forma didáctica do que o

franciscano cortesão, pois deixa o tratado, o provérbio acintoso, mas ocasional, o monólogo e o permanente suporte clássico e organiza o seu pensamento de forma teatral em dezasseis diálogos. Veremos, no entanto, que o português concretiza o ideal proposto pelo frade castelhano: a construção na aldeia de uma corte de homens bons, que se corrigem mutuamente, em simultâneo, academia e convento, ideal comum ao de João Luís Vives em *De Tradendis Disciplinis* (1531).

2. Os métodos

Como método principal, estes autores utilizam uma espécie de jogo de espelhos das realidades mais opostas possíveis. Ao ler as suas obras, o historiador da cultura encontra muitas dificuldades no aprofundamento de um único tema dada a riqueza plural das mesmas. Nelas, encontramos compêndios e espelhos de vida para os destinatários, decerto, as camadas de onde os autores são originários. Porém, em síntese, a multiplicidade das perspectivas além apresentadas podem ser enquadradas numa trave mestra que as suporta, por nós intitulada: Didactismo Peninsular, mas já entrevista, há cerca de meio século, como pensamento pedagógico do Renascimento, por Eugénio Garin (1958) e por Felice Battaglia (1960), e da Contra-Reforma, por Luigi Volpicelli (1960). Em qualquer dos autores, podemos descobri-la mesmo que não fosse esse o objectivo inicial da sua releitura. Assim, aconteceu connosco ao retomar Francisco Rodrigues Lobo, cuja *Corte na Aldeia* podíamos chãmente designar *Curso Livre de Literacia e Comportamento Social*, de forma participativa, com horário nocturno, em dezasseis lições e os sumários seguintes, multiplicando, por quatro, as quatro noites do *Cortesão* de Baltasar Castiglione:

- a. Apresentação, argumento ou resumo do conteúdo à maneira clássica (lição 1). O espaço e as personagens. Suficientes características utópicas: nem Lisboa é apresentada pelo topónimo, muito menos, a aldeia onde reúnem as figuras apresentadas. Identificar esta a Sintra parece-nos ousadia, mas não deixa de ser possível e então o nível simbólico cede ao óbvio, porquanto ainda hoje ali podemos observar o Paço ou a Aula, como Virgílio diria e Luísa Sigea confirmou no seu poema *Cintra* (1566). Concretização do ideal guevariano de ocupar com enlevo bem o tempo. A importância dos livros que afinal Guevara

recomendou: «así historiales como doctrinales» (Guevara 1987: 156). A superioridade do método do diálogo.

b. Géneros e formas de escrever cartas (lições 2 e 3). Assunto muito importante em Rodrigues Lobo para lhe merecer duas sessões. As qualidades da escrita apontadas em geral por António de Guevara foram abordadas em Rodrigues Lobo ao tratar a forma como as cartas deviam ser escritas: para aquele, a escrita devia ser «mirada y remirada, polida y limada, corregida y verdadeira, saborosa e proveitosa, urbana e não pesada» (Guevara 1987: 108); para este, as primeiras leis são «brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios, propriedade sem metáforas» (Lobo 1990: 114).

c. Relações Públicas: representação e embaixada (lição 4). Lobo enumera as qualidades dos embaixadores. Guevara não aborda o tema directamente nem tem a melhor opinião sobre as relações sociais na corte baseadas no bando, na escravidão, na hipocrisia e na traição.

d. Formas de tratamento (lição 5) que, por terem sido analisadas nas lições 2 e 3, a propósito da cortesia nas cartas missivas, Lobo aproveita aqui para introduzir o encómio das virtudes femininas pelo homem, particularmente apaixonado. Guevara justifica o bom uso de Vossa Mercê em *Epistolas Familiares* (n. 29).

e. Regras de bem viver: o casamento, a paixão e a razão, o amor e a cobiça, e normas de recta conduta e política económica. O catonismo político (lição 6). Guevara trata o assunto do casamento no cap. II do *Relej de Príncipes*, nas *Epistolas Familiares* (n.º 55) e retoma o tema no sentido da harmonia marido/mulher (Guevara 1987: 154).

f. Política financeira, poupança e investimento, raridade e valia, o ouro e a corrupção, virtudes da governação: liberalidade, paciência, temperança, caridade (lição 7). A corte é um lugar de «dissolução e corrupção» (Guevara 1987, 245)

g. Regras da apresentação, conversação e exposição oral (lição 8).

h. Regras de falar bem: humildade, propriedade, equilíbrio. O uso das figuras de estilo (lição 9).

- i. Forma de contar histórias (lição 10).
- j. Anedotas e ditos agudos (lição 11).
- k. Regras de bom-tom: cerimónia (mundo eclesiástico), cortesia (mundo nobre) e bom ensino (entre iguais) (lição 12).
- l. Na esfera dos princípios: exemplos de liberalidade, humanidade e cortesia (lição 13).
- m. Espaços de educação e ensino: Corte, Exército e Universidade. A educação cortesã: a cortesia e a simpatia que deve ser universal (lição 14). Nela, retoma Rodrigues Lobo algumas propostas de Guevara, em que as vantagens do espaço cortesão não têm rival e se podem realizar as bem-aventuranças «se viere a sus vecinos reñir póngalos en paz, si los viere llorar, consuélelos; si los viere maltratar, defiéndalos; si los viere en necesidad socórralos; y si los viere en pleitos, atájeselos» (Guevara 1987:157).
- n. A educação no exército (lição 15).
- o. A educação na escola (lição 16).

Embora coincidentes no título, na intenção da dedicatória e, em muitas perspectivas, nos conteúdos, as obras que trazemos à colação, diferem, pois, na forma. Guevara fica próximo da sermônaria ou do monólogo, em que cada capítulo esgota o assunto que se propõe, sem necessitar de continuidade e não sendo evidente qualquer organização, ainda que na unidade de assumido sentido crítico, mas algumas contradições nas provas. Lobo escolhe o diálogo planeado com matérias que obedecem a um fio condutor, mesmo a uma estrutura. Guevara recupera notas e textos, alguns usados nas suas epístolas. Ambos, no entanto, certificam as ideias em formato cumulativo em adjectivação ou copulativas que excluem qualquer limite ou contradição. O modelo do frade espanhol podíamos designá-lo hiperbólico, insistente, labiríntico e redundante. Como bom pregador, desenha caracteres e faz desfilar pecadores, corruptos, traficantes, vagabundos, alcoviteiras e rufiões. De preferência, Guevara repete, multiplica os adjectivos até cinco ou mais vezes, mas pode também cumulativamente utilizar paralelismos ou em estilo de intensificação ascensional recorrer ao substantivo, à insistência verbal e à exclamação. A forma conceptual cumulativa para certificação da ideia parece-nos comum nos autores renascentistas que multiplicam

os sinónimos e fortalecem os campos semânticos até à exaustão ou à criação da realidade, por tão perfeita, utópica. Os clássicos tanto pintam o céu como o inferno e esquecem frequentemente os aspectos genuínos. Numa simples dedicatória, Vives transformou Valência no melhor espaço, a sua terra, na mais fecunda e os seus moradores, nos mais privilegiados do mundo.

Embora cite Platão, parece-nos que Rodrigues Lobo colheu exemplos para a estrutura do seu livro em Cícero e em Baltasar Castiglione. A apresentação de Lobo é o próêmio do Romano: indicação do lugar, sempre aprazível, do tempo, das personagens. Segue de imediato nas ideias e no género um clássico português. Não citando o nome do português João de Barros, não deixa de retomar as ideias do mesmo tanto quanto ao conceito de História como ao *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*. Para a superioridade do género do diálogo na apresentação das ideias, além do exemplo de Castiglione, os exemplos portugueses que precedem Lobo não faltam: João de Barros (*Ropicapnefma*, 1532); João de Melo (*Doutrina de Princípios e Fundamentos da Cristandade*, depois de 1549), Francisco de Holanda (*Diálogos de Roma*, 1548 e *Do tirar pelo natural*, 1549), Samuel Usque (*Consolação às Tribulações de Israel*, 1553); Padre Manuel da Nóbrega (*Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, 1557-1558); Garcia da Orta (*Os Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, 1563); Heitor Pinto (*Imagem da Vida Cristã*, 1.^a Parte, 1563, 2.^a Parte, 1570); Fr. Álvares de Torres (*Diálogo Espiritual*, 1568); Francisco de Moraes (*Diálogos*, 1572); D. Gaspar de Leão (*Desengano de Perdidos*, 1573); Magalhães de Gândavo (*Diálogo em defesa da nossa linguagem*, 1574); Fr. Amador Arrais (*Diálogos*, 1589) e Pedro de Mariz (*Diálogos de Vária História*, 1594). Contemporâneo no uso do mesmo género, citamos Martim Afonso de Miranda (*Tempo de agora em diálogos*, 1622 e 1624). Em síntese, dirá: «o melhor modo de escrever são os diálogos escritos em prosa com figuras introduzidas que disputem e tratem matérias proveitosas, políticas, engraçadas e cheias de galanteria...» (Lobo 1990: 82). Por imitação de Cervantes ou pelo costume dos intelectuais do tempo, os nomes escolhidos para as personagens do diálogo por Francisco Rodrigues Lobo são raros e estranhos, embora pudéssemos procurar neles identificações clássicas: O senhor da casa chama-se Leonardo, mas podia indiciar o cônsul Lúculo e forçaríamos a aproximação a Guevara que fornece o seu exemplo como o mais lídimo promotor de uma academia aldeã (Guevara 1987: 254-256); o doutor, Lívio; o fidalgo, D. Júlio; o

estudante, Píndaro; o velho, Solino. Nos dois autores em causa, repetem-se os provérbios e as sentenças em oximoros e antíteses. Em Guevara, também aparece com frequência um expediente retórico, típico da oratória, a exclamação em espécie de desabafo de realidade experimentada (Guevara 1987: 108 e 125 e Lobo 1990: 198).

Não deixa de parecer estranho, no auge do Barroco, a proposta que Francisco Rodrigues Lobo nos faz de um método histórico que deve primar pelo equilíbrio e recusar o artifício que também vimos em Maquiavel. Aquele nada nos diz sobre a heurística e a crítica das fontes, mas sobre a síntese em que opta pela forma mais próxima do entendimento do destinatário: os diálogos, por melhor reproduzirem a realidade. A história tem como objecto a descrição das formas de governo, da actividade económica e comercial do passado, dos actos militares, a recuperação dos actos memoráveis dos homens que se distinguiram nas armas, nas letras, no governo etc. Aqui, Lobo concorda com Maquiavel na afeição pela história verdadeira/acontecida (Lobo 1990: 78). Mais do que fornecer um espelho de virtudes para o príncipe seguir, o português aduz o argumento genealógico dado no cap. II: - *de Principatibus Hereditariis* da obra mais famosa do italiano: «apelido que tinha, donde lhe veio, quem foram seus (ante)passados, que armas lhe deixaram, a significação e fundamento da figura delas, como se adquiriram ou acrescentaram...» (Lobo 1990: 78). Por seu turno, um utilitarismo precoce, assumido em nome da economia da salvação da alma, subjaz à feitura da história ou à utilização das suas referências, particularmente no século XVI e, no caso, por D. António de Guevara. Os exemplos clássicos somam-se ao mais constante exemplo evangélico na matriz da parábola. Já adentro do século XVII, tendo conhecido e em parte imitado aquele, Francisco Rodrigues Lobo retoma o axioma «história mestre da vida» (Lobo 1990: 79) e prefere os exemplos históricos por ele ditos «da história verdadeira» e, mais do que os clássicos, os que tiveram lugar em Portugal: «Dos Reis e Príncipes que teve; das mudanças que nele fez o tempo e a fortuna; das guerras, batalhas e ocasiões que nele houve; dos nobres insignes, que pelo discurso dos anos floresceram das nobrezas e brasões que por armas, letras, ou privança se adquiriram» (Lobo 1990: 78). Afinal, apesar das citações constantes dos clássicos, quando abordam a realidade vivida, Rodrigues Lobo e Guevara não tinham necessidade de aludir aos melhores representantes daqueles, Platão e Cícero: «Para

probar esta sentencia no hemos menester a Platón que lo diga ni a Cicerón que lo jure» (Guevara 1987: 189).

3. Os temas

As duas coordenadas do historiador, o tempo e o espaço, utilizadas como meros expedientes de retórica, representam em Guevara e Rodrigues Lobo, mais a verdade subjectiva do que a objectiva. Com efeito, o lugar comum, como o observado acima em um conceituado historiador contemporâneo, tantas vezes repetido, hoje e no passado, também deixara as suas marcas no sábio Guevara. Um tempo anterior, obviamente desconhecido e não vivido, excelente, um presente, que se vê e vive, péssimo. O espaço da corte próximo, mau, e o espaço campesino, afastado, bom. Não temos dúvida que o método dos opostos, tão utilizado de forma retórica, dificulta a procura e a demonstração da verdade objectiva. Assim, ficam apenas as boas intenções dos autores em causa em melhorar o estado social que observam e vivem. Guevara constitui um bom testemunho da corte do seu tempo, ainda que muito próximo do género apocalíptico.

As qualidades e os defeitos do homem, apontados por Rodrigues Lobo, mereceram a análise insistente de Guevara. Entre as maiores qualidades, ambos citam a experiência dos anos (Guevara 1987: 108 e 125 e Lobo 1990: 73). A suprema valia da vontade humana, do querer e da liberdade, inicia saga pertinaz até Kant, dois séculos depois. António de Guevara abordará o tema em muitas páginas (Guevara 1987: 108 e 125 e Lobo 1990: 126 e sgs.). Rodrigues Lobo coloca esta acima da Natureza, da Arte (talento) e da Ventura na abertura da sua obra. Apesar de atribuídas aos clássicos algumas interpretações da vida ou normas de conduta, em formas de uma certa beleza vernacular, emergem do quotidiano, dos ditos espirituosos. Guevara repete paralelismos fáceis de colocar em verso, que atribui a autores clássicos, mas encontramos também no Antigo Testamento, ora nos sapienciais, ora nos profetas, e no senso comum, verbalizado por poetas e sábios de todas as esferas sociais:

«No hay cosa en que no haya trabajo,
No hay cosa en que no haya zozobra,
No hay cosa en que no haya sospecha,
No hay cosa en que no haya peligro,

Ni hay cosa en que no hay congoja (...)» (Guevara 1987: 132).

Guevara continua no mesmo género citando Plauto:

«No hay estado en que no haya mudanza,
No hay honra en que no haya peligro,
No hay riqueza en que no haya trabajo,
No hay prosperidad que no se acabe,
Ni aun placer que no amargue» (Guevara 1987: 132).

Parece paradoxal a preferência dos autores em causa pelo espaço, quotidiano e “isolamento” aldeão, porquanto todos sabemos que um certo cosmopolitismo, mais presente no mundo urbano, caracteriza o humanismo. Os grandes humanistas europeus do Renascimento não foram avessos aos grandes centros urbanos e menos ainda às Cortes e aos favores dos Príncipes. Mas por conhecerem as Cortes, mesmo pelo lado do confessionário, estavam preparados para descrever as mazelas que grassavam nas mesmas sem necessidade de recorrer a autoridades, que, todavia, citam frequentemente. No âmbito temático, devemos considerar três planos fundamentais nas obras em causa: o histórico/sociológico/ético e político; o simbólico/mítico; e o pedagógico/didático.

3.1. O plano histórico/sociológico/ético e político

Soa a mito o Quietismo Quinhentista e Seiscentista Peninsular. A reflexão para a ação persuade o humanista espanhol (Guevara 1987: 143) e motiva Rodrigues Lobo. Nem teimosia, nem inconstância no que se faz, eis o lema do espanhol. Estes autores querem mostrar-nos o mundo às avessas. A salvação da Corte pela adopção por esta da simplicidade aldeã. Mas fazem-no de forma paradoxal porquanto ambos impõem aos detentores do poder a função de espelhos para toda a sociedade. Diz Guevara «quando el señor es manso, honesto, casto, sobrio, callado, sufrido y devoto, todos los de su casa y república lo son» (*Epistolas familiares* 29). Em simultâneo, a esta perspectiva global da sociedade antecipam uma Sociologia do Género, homem/mulher, do Casamento e da Vida Religiosa.

Não podemos pressupor em Guevara ou mesmo em Rodrigues Lobo um sentido crítico com o intuito de alterar os pressupostos sociais. Um e outro apenas pretendem atingir o homem individualmente no sentido de melhorar o seu desempenho: um pelo

retrato e crítica dos vícios; o outro, pela formação das virtudes sociais e políticas. Ambos aceitam o estado social, em que cada um deve desempenhar as suas funções, com justiça, verdade e honestidade (Guevara 1987: 222-224). Em perspectiva antitética de grandes e menores que fará moda, Francisco Rodrigues Lobo deixa transparecer considerações acerca dos elementos que compõem a sociedade:

- O Rei «cabeça da República» (Lobo 1990: 256) e o Príncipe, os Cortesãos, as Damas, com os seus espelhos, modelos bíblicos e clássicos de virtudes e defeitos, David, Salomão, Filipe, Alexandre, Marco Aurélio etc, «o honrado, o nobre, o cavaleiro, o cortesão, o brioso, o discreto e o rico». (Lobo 1990: 249)

- «O pobre, o humilde, o necessitado, o perseguido, o homiziado, o vagabundo e o taul». (Lobo 1990: 249)

Rodrigues Lobo não aborda o quotidiano aldeão, nem o contrapõe como superior ao quotidiano cortesão à maneira de Guevara. Lobo ensina como se deve fazer na Corte. Guevara mostra ou demonstra como se fazia e não devia fazer. Para Guevara, o trabalho na aldeia é mais agradável, a festa, mais alegre, a alimentação, melhor e mais saudável do que na Corte. Mal andaria o historiador que visse nas obras daquele um espelho do quotidiano das aldeias portuguesas ou espanholas, onde havia tempo para tudo, embora comece pelo que raramente se fazia:

para leer en un libro, para rezar en unas Horas, para oír misa en la iglesia, para ir a visitar los enfermos, para irse de caza a los campos, para holgarse com los amigos, para pasearse por las eras, para ir ver el ganado, para comer si quisieren temprano, para jugar un rato al triunfo, para dormir la siesta y aun para jugar a la ballesta. (Guevara 1987: 164)

Nós diremos que poucos liam, por quase todos serem iletrados, muitos trabalhavam os campos, outros guardavam o gado e os actos enumerados deviam ser levados a cabo de acordo a calendário rigoroso e não por vontade de cada um como aquele supõe. Com efeito, a maioria das gentes campesinas vivia presa às tarefas agrícolas ou da indústria rural sem tantas compensações como as descritas e menos ainda a liberdade por demais afirmada como a melhor das componentes aldeãs. Decerto, Guevara referencia as figuras que em outra parte nós chamamos de intermediários entre o espaço urbano e o rural e neste se podiam deleitar com o acto de ver sem ter de sujar as mãos (Guevara 1987: 165). De facto, nas quintas das periferias dos

mundos urbanos, os proprietários podiam beneficiar do pão mais alvo, da melhor carne e dos mais saborosos doces. Mas a maioria dos aldeãos comia o pão que o diabo amassou. Guevara iliba de doenças o espaço rural e, paradoxalmente, os lugares de mais escassa população: «Alli no aportan bubas, no se apega sarna, no saben qué cosa és câncer, no hay confrades de riñones...» (Guevara 1987: 171). Reconhecemos, todavia, alguns conselhos a uma certa elite rural, comuns em outros autores, mesmo em Gil Vicente, para uma boa vida aldeã. A coincidência dos provérbios ou conselhos deste e daquele parece-nos óbvia:

«És más sano consejo al pobre pobre hidalgo ir a buscar de comer en una borrica que no andar hambreado en un caballo» (Guevara 1987: 168);

«Mata o cavalo de sela e bom é o asno que me leva». (Gil Vicente, *Farsa de Inês Pereira* e Lobo 1990: 129)

Parece-nos mais honesto o retrato que Guevara faz da aldeia quando descreve o espaço cortesão. Esquecido do que antes dissera, deixa entrever as limitações aldeãs ao abordar as figuras dos filhos de senhores rurais quando chegam à Corte:

En la corte hay muchos hijos de señores que, cuando vinieron a ella, eran más para se casar que no para servir, porque son muy descuidados, hablan como bisonños, non son nada polidos, andan desacompañados, cuentan donaires muy fríos, son en el visitar pesados, comen como aldeanos, son con las damas muy cortos, son en las medidas un poco locos y en hablar de palacio muy grandes nescios. (Guevara 1987: 184)

Ficamos, pois, perante regras de conduta nobre para todos os espaços, com expressão pública, desde a mesa à rua, meros pretextos discursivos, que os autores usam, para demonstrar a proximidade do bem e do mal. Este e aquele dependem mais da vontade do indivíduo do que do ambiente que o rodeia. Se aceitarmos, como pressuposto, o conhecimento, por Guevara, da corte do seu tempo, em cem cortesãos, encontraríamos cerca de uma dezena de homens bons. Os restantes preenchem o rol de meninos inconscientes, alcoviteiras, rufiões e corruptos de todas as idades. Aliás, o Bispo de Mondoñedo fornece-nos o ciclo da vida para o homem de Quinhentos: até aos 15, puerícia; até aos 25, juventude; até aos 40, virilidade; e até aos sessenta, velhice (Guevara 1987: 218). O indivíduo de má índole não se corrigirá qualquer que seja o espaço, da corte ou da aldeia. O

franciscano espanhol deixa em prosa alguns provérbios sobre o homem, que melhor seria alinhar em verso. O lema de Sócrates, conhece-te a ti mesmo, não é possível no espaço da Corte:

El mucho tener y el mucho valer y el mucho poder
Hace a los hombres non se conoscer» (Guevara 1987: 198)

Em outra parte, fizemos história do género dizendo do predomínio feminino desde os reinados de D. João II a D. João III. Tal se deve a uma figura ímpar da História Portuguesa, a rainha Dona Leonor, mas também à sua mãe, D. Beatriz, à sua filha, a princesa e santa D. Joana, e às sucessivas esposas de D. Manuel I, particularmente D. Maria, como a Dona Catarina, esposa de D. João III (Pereira 2003: 119-124). A esta, caberia a melhor fala da figura de D. Leonardo criada por Rodrigues Lobo sobre as damas da Corte, exemplo para todas as grandes casas e não só:

O decoro e primor com que elas se tratam neste Reino, principalmente as que assistem no Paço, parece que em certo modo conserva aquela preeminência que os Egípcios lhe deram, que, com o exemplo do bom governo de Ísis, reinavam as mulheres; porque em presença e ausência os cortesãos as nomeiam por senhoras, se lhes descobrem e agiolham como a Deusas, lhe fazem festas, jogos, justas e torneios como a deidades, estão pendurados de seus favores e respostas como de oráculos, as acompanham a cousas sagradas, se vestem, ornam e enfeitam por as agradar, se desvelam por as servir, se apuram, para as merecer, no esforço, na gentileza, na galanteria, no dito discreto, no escrito avisado, no mote galante, na endecha subtil, no soneto conceituoso; por elas se ensaiam para o serão, no dançar, no falar, no acompanhar e no oferecer; por elas se aprestam, nas ocasiões de jornadas, de criados, librés, galas e ginetes; por elas continuam o passeio à vista das janelas, atravessam as salas à sua conta, e rodeiam o terreiro mil vezes por seu gosto; por elas se oferecem a todo o perigo: porque qual é que um servidor de damas não ache fácil por amor delas? que palavras diz? que extremos receia? que esquivanças não sofre? que riquezas estima? que quimeras não finge? que ocasiões não busca? Vela de noite, não descansa de dia, não se entristece com a pena, não desconfia com o desengano, não faz conta de agravos, nem estima desprezos, não cura de vinganças, e, enfim, tudo é veneração e humildade com que as engrandece. E desta escola de seu serviço (como no princípio disse) saem os homens

tão apurados no que convém à honra, primor e discrição que se não pode esperar deles vilania em nenhuma cousa. E porque falta a Portugal há tantos anos esta criação, têm tão pouca muitos filhos dos ilustres do Reino, que, livres deste aprazível e honrado senhorio, ficaram no de sua vontade». (Lobo 1990: 262-263)

Não faltam testemunhos de mulheres ou sobre a mulher no mundo antigo e particularmente no Renascimento. Como transparecem os retratos da mulher do mundo antigo na diferente literatura a propósito: a mulher real, a imaginada, a desejada? No Antigo Testamento, *Livro dos Provérbios* 7, 7-27, a mulher aparece de forma plástica a trair o marido ausente e a corromper um jovem, depois de ter sacrificado a um deus pagão. Era um jovem insensato, mas nem o mais sábio dos homens deixou de cair nos laços das mulheres. No *1º Livro de Reis*, 11, 1-13, Salomão trai a aliança com Deus por se ter deixado seduzir por um milhar de mulheres estrangeiras. A mulher aparece frequentemente culpada das limitações das virtudes do homem e causa da imoralidade. S. Paulo confirma o Matrimónio como um refúgio moral, um mal menor, embora confirme o estado celibatário como superior. Paradoxalmente, ora se exige ora se recusa à mulher a imitação das virtudes masculinas. Uma virtude do macho pode tornar-se defeito na fêmea. Do que nos parece, porém, quase sempre, os espelhos de virtudes tanto servem para a mulher como para homem. A mulher teria mais dificuldade por força das limitações a que o corpo a sujeitava. Portanto, o homem devia ser mais virtuoso, porque nada justificava que o não fosse. Algumas das virtudes propostas têm em conta os destinatários, príncipes e princesas, e a governação e, mais do que espelhos de género perfazem espelhos de exercício do poder.

Como a maioria das opiniões dos religiosos de Quatrocentos e Quinhentos, no tocante à mulher, Guevara não ultrapassa o *Livro do Eclesiástico* e pede ao Homem que «honre a su mujer, regale a sus hijas, sobreleve a sus hijos» (Guevara 1987: 157). O frade franciscano não retrata as mulheres de virtude no meio cortesão, mas com muita frequência a adúltera (Guevara 1987: 245), a alcoviteira e a prostituta (Guevara 1987: 210). Aceitando como digno de fé o seu testemunho, não faltavam mal-casadas, separadas e viúvas que se prostituíam (Guevara 1987: 224-225). No entanto, a mulher virtuosa faria a fortuna do homem. Francisco Rodrigues Lobo valoriza imenso o designado Serviço das Damas, das quais realça particularmente a

beleza, que exige decoro e veneração, nada perde em relação ao serviço real e como ele exige as virtudes da discrição, cortesia e galanteria (Lobo 1990: 225).

Ainda antes de Trento, um conjunto de autores investiu na valorização do casamento. Entre eles, conta-se António de Guevara, como podemos observar nas *Epístolas familiares* e no *Relox de Príncipes*, onde desenvolve a importância do casamento no mesmo estamento social e observa a necessidade da harmonia familiar, muito difícil de recuperar quando falece um dos membros. Porém, esta harmonia não se estabelecia na igualdade, mas na sujeição da mulher ao homem. A honra deste provinha daquela, acrescentará. Não deixou, no entanto, o Bispo de Mondoñedo de nos representar uma Corte onde o adultério proliferava.

O poeta leiriense corta com a tradição de ver na mulher a fonte de todos os males, antes confirma-a vítima do engano masculino e não traz à colação, como o frade espanhol, o adultério, mas a cobiça, que contrapõe ao amor, e sobre a qual diz: «Desejo fora da natureza (...) vício do entendimento e apetite preternatural, sempre é mal nascida e inclinada a cousas baixas» (Lobo 1990: 153). Francisco Rodrigues Lobo dá expressão a uma certa teologia do amor feita por leigos em Portugal, manifesta também nos seus contemporâneos Martim Afonso de Miranda e Diogo Paiva de Andrada. A ele aplica, entre outros, os adjectivos: cego, fácil, fagueiro, formoso, forte, despido, irracional, ligeiro e mudável. Curiosamente, a melhor definição é colocada nas palavras de um clérigo: «Força que ajunta ou deseja unir duas vidas em uma (...) o Amor nasce tão nobremente que tem por objecto a beleza humana e os dotes naturais mais excelentes, como são graça, juízo, parecer e perfeição» (Lobo 1990: 152-153). Uma certa crença, pois, no homem vinga em Portugal dominado pelos Filipes. Três virtudes, próximas das ditas acima, compõem um coração nobre no entender de Francisco Rodrigues Lobo: liberalidade, humanidade e cortesia (Lobo 1990: 246 e sgs).

No que concerne aos regimes políticos, tanto Guevara como Rodrigues Lobo defendem a superioridade da situação do Estado governado por um rei natural, comum a Maquiavel. Tal como o italiano fizera no seu *Príncipe*, o português aborda os modelos históricos de regime monárquico, todavia, de forma diferente. Aquele visa apenas a melhor forma da conservação do poder, este formula um juízo sobre a superioridade moral. Assim, o português começa pelo modelo de monarquia por eleição, a mais excelente, e não pela

hereditária, a mais fácil de conservar na perspectiva do italiano para o que bastava não fazer nada de novo. Na perspectiva de Lobo, o mais sábio devia ser eleito rei e a Bíblia triunfa aqui no modelo de Salomão, melhor diria de David. Não deixa, porém, de considerar relevante a monarquia por herança desde que o titular se rodeasse de sábios no governo do reino e cumprisse exemplarmente as leis divinas e humanas. Muito provavelmente, o poeta do Lis escreveu em contraponto a Maquiavel, mas, decerto, em sintonia, com o franciscano espanhol de quem cita *Aviso de Privados* e aduz as normas para manter os favores junto do rei (Lobo 1990: 261). Ainda que o conceito de Corte implique realidades bem distintas para António Guevara e para Rodrigues Lobo, ambos entendem a governação como administração da justiça (Guevara 1987: 138). Segundo o português, o princípio da monarquia assenta em uma eleição, devendo os candidatos cumprir certos requisitos a propósito que infere das autoridades: Cícero, Estrabão, Diodoro, Pompónio Mela, Heródoto etc. (Lobo 1990: 256-257). Assim, mais do que fundamentada na aparição do Cristo Crucificado, em Rodrigues Lobo, a monarquia portuguesa remete para um outro mito, o das Cortes de Lamego, e também neste ponto contradizemos Adrien Roig. A *Corte na Aldeia* insere uma violenta crítica aos tiranos de todos os tempos na linha do *Policraticus* de João de Salisbúria e confirma a Lei acima do monarca. A este, pertence mandar e «a todos os inferiores obedecer na conformidade das leis por que se governam» (Lobo 1990: 255). Ao chefe, cabe dar o melhor exemplo na religião, no cumprimento da lei e na prática das virtudes: justiça, clemência, liberalidade, modéstia, magnanimidade e constância (Lobo 1990: 256). Rodrigues Lobo não aborda directamente as doutrinas de Estado, mas a corrente, em que o enquadrámos, impõe-lhe alguns reparos sobre as opções dos principais responsáveis pelos organismos daquele. Deles, o mais evidente aparece-nos na crítica feita ao modelo mercantil ibérico ou bulionismo, construído sobre a opção política da constituição da riqueza na acumulação de metais preciosos, relegando para segundo plano o desenvolvimento agrícola e industrial. Que importa a abundância do ouro, quando faltam os alimentos: «se não se lavram os campos, nem se cultivam as árvores, nem se pescam os rios, nem se caçam as aves, nem se criam os animais» (Lobo 1990: 154)?

3. 2. O Plano Simbólico/Mítico

A Corte para Guevara significa oportunidade, sociedade inquieta, activa, ambiciosa, belicosa e a Aldeia, retiro, reforma, solidão, reflexão, desprendimento, virtude, honestidade e descanso, de que ninguém deve arrepender-se (Guevara 1987: 151). Decerto, Guevara conhecia bem o *Policraticus* de João de Salisbúria e a principal tese exposta no respectivo prólogo de desprezo pela Corte. O frade espanhol seguirá o inglês até na forma dos paralelismos e trocadilhos. Não seria fácil para ninguém permanecer na Corte. Alguns não deviam deixar a vida da Corte pois dificilmente se adaptariam à aldeia. Por seu turno, o aldeão nada ganhava com a vida da Corte. Trata-se de dois conceitos que se prendem com uma perspectiva de índole religiosa. Não temos dúvida da maior experiência cortesã de Guevara, em relação a Rodrigues Lobo, e do conhecimento dos segredos das pessoas que o rodeavam. O português demonstra uma visão bem mais positiva da Corte, querendo trazer dela para a Aldeia as virtudes e levar o ambiente desta para aquela. Tudo resume um carácter virtuoso no poeta de Leiria e encerra aspectos negativos em Guevara. O bispo confirma a sua vocação de pregador que mostra o inferno aos maus e o paraíso aos bons. Estes serão tão justos na Corte como na Aldeia. Aqueles, se forem maus na Corte conseguirão ser ainda piores na Aldeia.

O Retorno ao paraíso, a um estado de felicidade, de harmonia e equilíbrio subjaz aos textos dos autores clássicos. Ainda que conheçam bem os espaços nobres e os eclesiásticos, estes autores não conhecem o típico espaço aldeão. Na oposição Corte/Aldeia, o espaço desta ganha tão só contornos míticos ou simbólicos. Aldeia pode significar para Guevara solidão, casa de família, repouso, bondade, mas não deixa de lhe merecer uma colecção de sentenças em que a dimensão positiva se anula por o homem poder falhar na vigilância permanente que deve manter no caminho da salvação e, portanto, mais valera continuar rodeado dos perigos que a Corte significa: «O que nunca caiu em caminhos ásperos, soçobrou nos campos de flores» (Guevara 1987: 155). Assim, neste jogo de opostos Corte e Aldeia podem significar a mesma coisa, o perigo permanente que sempre espreita. A dimensão positiva de repouso, tranquilidade anula-se por este poder significar ociosidade. Para manter o ideal de aldeia como espaço de Salvação deve pois o homem estar vigilante ou seja fazer a sua aldeia. Lobo recupera de Guevara esta sentença na forma exacta do género escolhido:

Debe también el que se va retraer a su casa procurar de conocer hombres sabios con quien conversar, porque muy gran parte es para ser uno bueno, acompañarse con hombres buenos. Débese también mucho apartar de los hombres viciosos, holgazanes, mentirosos y maliciosos, de los cuales suelen estar los pueblos pequeños muy llenos, porque si las cortes de los príncipes están llenas de envidias, también en las aldeas hay muchas malicias». (Guevara 1987: 156)

Incapaz de através da reflexão se conhecer e corrigir e de abarcar todos os perigos que o espreitam, o homem perspectivado pelo Bispo de Mondoñedo só poderá melhorar a sua situação se aceitar conselho. Neste plano simbólico, que adquire sobretudo dimensão sotérica, a Corte, mais do que espaço oposto ao campo, à aldeia, representa o mundo nas suas limitações face à outra vida na sua opção religiosa. Desta, dependem a salvação ou a condenação. O príncipe, o cavaleiro, o eclesiástico, o religioso, o casado, o rico, o lavrador e o pastor podem salvar-se ou condenar-se (Guevara 1990: 138).

3.3. *Plano Pedagógico e Didático*

António de Guevara foi privilegiado pelos cargos que exerceu no aparelho governativo de Carlos V. Aquele teria querido ser para este, o que Aristóteles fora para Alexandre ou Plutarco, para Trajano. Apesar da distância, não podemos deixar de supor as intenções de Rodrigues Lobo mais para Filipe III de Espanha ao enumerar todas aquelas virtudes próprias dos reis ditas acima do que para um rei português futuro que não podia conhecer. Não são tão diferentes as situações de Portugal do século XVII, que Francisco Rodrigues Lobo viveu, e de Espanha de Antonio de Guevara. Lembremos a ausência, aqui, de Carlos V e, além, de Filipe III (ou II). No hiperbólico retrato da Corte que Guevara faz, parece-nos muito pertinente a conferência dos partidos ou bandos, o triunfo do fingimento e da hipocrisia, os desmandos da burocracia (Guevara 1987:195-196). Na falta de uma Corte interveniente na cultura, ambos supõem as virtudes de uma educação cortesã a vários níveis e assumem uma atitude pedagógica: a vida nos espaços humildes pode ganhar idêntica dignidade à da Corte. Pela sua colocação acima de todos, os reis são mais benignos, liberais, magnânimos, justos, animosos e verdadeiros que os outros homens (Lobo 1990: 258). Trata-se da construção de espelhos em que

coincidem no tocante ao mundo de que se exaltam as virtudes, até nos enquadramentos das histórias que vêm a propósito por exemplo no “Diálogo X” da *Corte na Aldeia*. Para além das interpretações doutrinárias, Rodrigues Lobo apresenta normas de Bom-Tom aos diferentes níveis. Ao nível da Corte ou do serviço do rei: obediência; cortesia, inclinação, mesura, discrição no falar, polícia no vestir, estilo no escrever, confiança no aparecer, vigilância no servir, gentileza e bizzaria (Lobo 1990: 255). Quanto às qualidades dos que servem o rei, o português segue o espanhol em *Avisos de Privados* que cita como vimos acima (Lobo 1990: 261). O servidor do rei não deve descobrir ao Príncipe tudo o que cuida, mostrar tudo o que tem, tomar tudo o que deseja, dizer tudo o que sabe, fazer tudo o que pode, negociar fora de tempo, mas deve favorecer sempre a parte justa e afastar os seus competidores da comunicação com o príncipe. Não convém ainda ao valido do Príncipe querer adiantar-se ou igualar este como mais discreto, mais destemido e mais bem quisto, mais airoso e mais aceite das damas. A co-educação tem lugar na Corte e na Família, daí a perspectiva positiva de Rodrigues Lobo sobre estas instituições. Em Guevara, cabe à mulher o governo da casa, mas nada nos diz sobre a educação literária feminina. Obviamente, esta acontece desde os tempos remotos no seio familiar, casos mais conhecidos por nós, o de Cristina de Pisa, em Itália, em casa de seu pai Tomasso de Pizzano, médico, astrólogo e professor da Universidade de Bolonha e, em Portugal, o de D. Leonor de Noronha, irmã de D. Pedro de Meneses (1487-?), alunos que foram de Cataldo Parísio Sículo (1455-1517). Lobo tem um verdadeiro programa de educação global cortesã que considera muito completa pelas diferentes dimensões que implica, social, de género, intercultural e internacional. Na opinião do português, a Corte, era o espaço privilegiado de contacto com o estrangeiro, ali se encontrando reis, príncipes, senhores e homiziados. As embaixadas, os gentis-homens (turistas, peregrinos, etc.) e os mercadores multiplicam os elos entre os diferentes povos, ideias, modas, práticas governativas, produtos e novidades comerciais. Parece-nos ainda que Rodrigues Lobo recupera do *Príncipe* de Maquiavel a abordagem “da criação na milícia”, no seu “Diálogo XV”. Note-se a similitude com o capítulo XIV daquele: “Quod principem deceat circa militiam”.

Conclusão

Não concordamos que a finalidade da obra de Rodrigues Lobo fosse a preparação da futura Corte de Portugal. O objectivo cumpre-se de imediato e em todos os tempos numa perspectiva positiva: melhorar o estado social pela educação. A mesma propunha-se generalizar as boas maneiras cortesãs ao maior número de mortais. Podemos mesmo afirmar que se tratava de um compêndio de normas de conduta que assumiria a forma de manual de bom-tom nos séculos seguintes. Parece, pois, mais evidente o didactismo em Rodrigues Lobo, conquanto Guevara possa ser envolvido na torrente de criticismo que envolve todo o género literário em Espanha e questiona todas as instituições, a corte, a igreja, o exército etc., de forma ousada, como outros já notaram e nós dizemos paradoxal na sua proposta de fuga do mundo, porquanto com «buen seso» (Guevara 1990: 153), logo, sem os exageros dos alumbrados. Tanto é assim que veremos, já no século XX, uma figura da dimensão de António Sérgio a retomar os motivos de Rodrigues Lobo, na revista *Serões* com a colaboração de personalidades como Afonso Lopes Vieira, Carolina Michaëlis e José Leite de Vasconcelos.

Inseridos os dois autores, D. António de Guevara e Francisco Rodrigues Lobo, na corrente que apelidamos didactismo peninsular, podemos destacar algumas diferenças tanto ao nível da organização das ideias como da respectiva exposição. O português acentua a dimensão pedagógica, as regras de boa conduta e convivência e acredita na capacidade de o homem traçar o seu destino. Embora sem originalidade, a utilização do género do diálogo, em um certo número de sessões, e a subordinação destas a temas evitam a dispersão e a redundância, presentes no bispo de Mondoñedo. Ambos se enquadram numa perspectiva humanista. Todavia, Guevara pondera os grandes destinos do homem e um certo determinismo no seu projecto de salvação e também se insere nos compromissos da Reforma paradoxalmente com alguma proximidade a Lutero. Lobo acredita na acção institucional e valoriza a escola, o exército e a corte. Porventura, por conhecer muitas figuras em quem as instituições não alteraram a índole mais profunda, mas apenas a superfície, Guevara não acredita na influência das instituições e prefere a fuga *mundi*.

A perspectiva da sociedade típica dos autores didactas parece-nos muito autêntica e original: sem deixarem de considerar num primeiro tempo as ordens e os estados, preferem claramente a

distinção dos géneros e as considerações morais e outras de grande modernidade. Guevara subordina todas as suas abordagens sociais a considerandos éticos de bem e de mal, de bons e de maus, presentes em todos os níveis, descendo a pirâmide e fazendo os seus juízos. Em qualquer estado e condição, tanto se podem salvar como condenar. Mais do que em Lobo, o uso da alegoria e do paralelismo auxilia o intento de Guevara que pretende convencer pela repetição dos motivos.

Bibliografia

- Andrada (1630): Diogo de Paiva de Andrada, *Casamento perfeito: em que se contem advertencias muito importantes pera viverem os casados em quietação, & contentamento*, Lisboa, por Jorge Rodriguez.
- Bataglia (1960): Felice Battaglia (dir.), *Il pensiero pedagogico del Rinascimento*, Firenze.
- Carvalho (2003), José Adriano Freitas de Carvalho, *A retórica da cortesia: Corte na Aldeia (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, fonte da Epítome de la eloquencia española (1692) de Francisco José Artiga*, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- Carvalho «Introdução» a Lobo (1992): Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Lisboa, Editorial Presença (edição esgotada).
- Damiani (1987): Bruno M. Damiani, *Moralidad y didactismo en el siglo de oro: 1492-1615*, Madrid, Editorial Origenes.
- Fernandez - Santa Maria: J. A. Fernandez - Santa Maria, *The State, War and Peace: Spanish Political Thought in the Renaissance, 1516-1559*, Edição de CUP Archive.
- García Castañeda (1989): Salvador García Castañeda, «*Suum Cuique: La Experiencia Aldeana Y El Bucolismo Dieciochesco*», in *AIH. Actas X* (1989).
- Garin (1958): Eugénio Garin, *Il pensiero pedagogico dell'Umanesimo*, Firenze, Giuntine-Sansone.
- Guevara (1987): Fr. António de Guevara, *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, 2ª ed., Madrid, Ediciones Catedra.
- Lobo (1990): Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Ulisseia.
- Miranda (1622-1624): Martim Afonso de Miranda, *Tempo de agora: em diálogos*, Lisboa, Pedro Craesbeeck.

- Osório (1993): Jorge A. Osório, "Erasmus, a Cortesia e a Piedade", in *Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI-XVIII*, Porto, Revista da Faculdade de Letras.
- Palmireno (1568): Lorenzo Palmireno, *El estudioso de la aldea*, Valencia, en casa de Ioan Mey.
- Palmireno (1587): Lorenzo Palmireno, *El estudioso cortesano*, Alcalá de Henares, en casa de Iuan Iñiguez de Lequerica. (primeira Edição em Valência em 1573).
- Pereira (2003): António dos Santos Pereira, *Portugal. O Império Urgente (1475-1525)*: 1º vol. *Espaços, Homens e Produtos*; 2º vol. *Quadros Mentais e Aspectos do Quotidiano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Redondo (1976): Augustin Redondo, *António de Guevara 1480-1545 et l'Espagne de son temps: de la carrière officielle aux oeuvres politico-morales*, Genève, Lib. Droz.
- Roig (1993): Adrien Roig, *Corte na aldeia (La cour au village) de Francisco Rodrigues Lobo, 1619: rupture, regrets et espoirs au Portugal*, Paris, Honoré, Sep. Colloque Tourments, Doutes et Ruptures dans l'Europe des XVIe et XVIIe Siècles.
- Volpicelli (1960): Luigi Volpicelli (dir.), *Il pensiero pedagogico della Controriforma*, Firenze, Giuntine-Sansoni.